



214  
20

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

---

**Mandado de Segurança nº 0299770-4**

**Impetrante:** Ana Julia Lacerda Meira Menezes

**Advogado:** Lucas Daniel Lacerda Dias

**Impetrado:** José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira - Secretário de Educação do Estado de Pernambuco

**Procurador:** Thiago Arraes de Alencar Norões

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**EMENTA:** DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM E INCOMPETENCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL, REJEITADAS. MÉRITO: APROVAÇÃO EM CONCURSO VESTIBULAR PERANTE A UFPE. CANDIDATA MENOR DE 18 ANOS SEM ENSINO MÉDIO COMPLETO. EXAME SUPLETIVO EM REGIME ESPECIAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. IMPETRANTE EFETIVAMENTE MATRICULA. TEORIA DO FATO CONSUMADO. SEGURANÇA CONCEDIDA POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Alega o Estado de Pernambuco a extinção sem resolução de mérito da ação mandamental, sob a consideração de que a autoridade apontada como coatora não é parte legítima para integrar o polo passivo da demanda, porquanto não fora o Secretário de Educação do Estado de Pernambuco o responsável pela negativa em submeter o impetrante ao exame supletivo em regime diferenciado. Entretanto, às fls. 166, o Estado de Pernambuco assim se expressa: "tanto é assim que somente o Secretário de Educação do Estado tem competência, para em nome da Secretaria de Educação, supervisionar, acompanhar, inspecionar e avaliar a realização de exames supletivos" (fls. 166), pelo exposto, resta prejudicada a prefacial suscitada.

2. Argúi o Estado impetrado, que há interesse da União Federal, "uma vez que é de sua competência privativa estabelecer as diretrizes curriculares nacionais para a educação básica de jovens e adultos, através do Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação (art. 22, XXIV, CF/88)". Da análise dos fatos postos no *mandamus*, abstrai-se que o mesmo guerreia contra ato administrativo, para o qual alega-se omissão do Secretário de Educação de Pernambuco,



215  
76

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

---

circunstancia que, por si só, derruba a prefacial suscitada, pois na hipótese, não se estar a combater ato de competência legislativa para dispor sobre as diretrizes e bases da educação nacional, nem tampouco de ato abusivo ou ilegal praticado por dirigente de estabelecimento de ensino superior federal, mas sim a negativa de realização do Exame Supletivo por menor de idade. Prejudicial rejeitada.

3. No mérito, depreende-se dos autos que o edital do certame, Vestibular 2012 da UFPE, estabelece como item obrigatório que o candidato tenha cursado e apresente certificado de conclusão do Ensino Médio, mas não exige a idade mínima de 18 anos para ingresso na universidade, e por outro lado, aos candidatos ao Exame Supletivo, constitui causa eliminatória do processo seletivo a idade mínima de 18 anos completos na data da matrícula, de forma que o candidato não incluído nesta faixa etária no momento da matrícula estaria automaticamente excluído, como no caso em apreço.

4. Esta Corte de Justiça Estadual, sobre a questão *in lume*, reformou seu posicionamento ao apreciar o Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0022796-20.2012.8.17.0000, no sentido de ratificar o teor da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), visando o estrito cumprimento do fator etário, nos casos de supletivo.

5. *In casu*, houve a concessão de liminar, nos termos da decisão de fls. 121/125, exarada em 15.03.2013, determinando a expedição imediata do certificado de conclusão do ensino médio, mas, para autorizar a realização do exame supletivo pela impetrante, com posterior expedição da antedita certidão, a qual restou confirmada com o improvimento do Agravo regimental, manejado pelo impetrado, conforme acórdão de fls. 157, juntado aos autos em 24.04.2013.

6. Consta às fls. 194/197, a informação de que houve expedição do certificado de Conclusão do Ensino Médio, com referência do Centro de Executivo de Exames Supletivos Governador Sergio Loreto, que a impetrante já esta cursando Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, e participando inclusive do Programa Jovens Talentos para a Ciência, aprovada em



216  
70

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

---

seleção pelo CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), sendo a única classificada de sua turma.

7. Albergado os pontos que envolve o *mandamus*, vislumbro em favor da impetrante os requisitos ensejadores para a concessão da segurança almejada, confirmando assim a liminar anteriormente deferida, aplicando-se ao caso a Teoria do Fato Consumado.

8. Concessão da Ação Mandamental. Decisão Unanime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Mandado de Segurança nº 0299770-4, em sessão realizada no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em rejeitar as preliminares suscitadas, e, ainda de forma unânime, em conceder a segurança pleiteada, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. e I.

Recife 24 / 09 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



209  
Oy

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

**Mandado de Segurança nº 0299770-4**

**Impetrante:** Ana Julia Lacerda Meira Menezes

**Advogado:** Lucas Daniel Lacerda Dias

**Impetrado:** José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira - Secretário de Educação do Estado de Pernambuco

**Procurador:** Thiago Arraes de Alencar Norões

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado por ANA JULIA LACERDA MEIRA MENEZES, em face do Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, o qual, segundo a impetrante, teria ferido seu direito, negando-se a determinar que a impetrante, aluna aprovado no concurso vestibular da UFPE, sem ter concluído ainda o Ensino Médio, seja submetido a realização de exame supletivo especial, mesmo não tendo 18 (dezoito) anos de idade.

Em suas razões recursais, alega a impetrante, que foi aprovada no concurso vestibular da UFPE, para o curso de Bacharel em Geografia sem ter concluído ainda o Ensino Médio, pugnando seja submetida a realização de exame supletivo especial, mesmo não tendo 18 (dezoito) anos de idade, haja vista ser a mesma emancipada.

Às fls. 121/125 juntada da decisão interlocutória deferindo a liminar requerida.

Em suas informações, o Estado de Pernambuco em sede de preliminar a ilegitimidade passiva *ad causam* e a incompetência da Justiça Estadual, ante o interesse da Universidade Federal de Pernambuco e da União no feito. No mérito, aduz que a inocorrência de ato ilegal ou abusivo praticado diante da inexistência de direito líquido e certo da impetrante, haja vista o que prescreve a lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), que prevê no seu art. 44, II, que além de classificação em processo seletivo, o candidato tenha concluído o Ensino Médio, requisito que a impetrante não satisfaz, querendo assim, se submeter ao exame supletivo, com o intuito de burla a lei, porque o exame supletivo é aplicado em situações excepcionais nas quais não se enquadra a candidata.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

210  
*[Assinatura]*

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

---

O representante ministerial com assento nesta Segunda Câmara de Direito Público, às fls. 203/206, em seu parecer, opinou pelo rejeição das preliminares suscitadas e no mérito pela concessão da segurança.

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 02 / 09 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**

*[Assinatura]*



217  
20

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

---

**Mandado de Segurança nº 0299770-4**

**Impetrante:** Ana Julia Lacerda Meira Menezes

**Advogado:** Lucas Daniel Lacerda Dias

**Impetrado:** José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira - Secretário de Educação do Estado de Pernambuco

**Procurador:** Thiago Arraes de Alencar Norões

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**PRELIMINAR DE**  
**ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM**

Pretende o Estado de Pernambuco a extinção sem resolução de mérito da ação mandamental, sob a consideração de que a autoridade apontada como coatora não é parte legítima para integrar o polo passivo da demanda, porquanto não fora o Secretário de Educação do Estado de Pernambuco o responsável pela negativa em submeter o impetrante ao exame supletivo em regime diferenciado.

Como bem explanado pelo Parquet Estadual, "*a alegação de ilegitimidade passiva da apontada autoridade coatora - Secretário de Educação do Estado de Pernambuco - encontra respaldo no fato de que não fora a autoridade apontada como coatora a responsável pela negativa em submeter o impetrante ao exame supletivo em regime diferenciado*". (fls. 166).

Entretanto, às fls. 166, o Estado de Pernambuco assim se expressa: "tanto é assim que somente o Secretário de Educação do Estado tem competência, para em nome da Secretaria de Educação, supervisionar, acompanhar, inspecionar e avaliar a realização de exames supletivos" (fls. 166).

Pelo exposto, rejeito a prejudicial suscitada.

É como voto.

Recife, 24 / 09 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

---

**Mandado de Segurança nº 0299770-4**

**Impetrante:** Ana Julia Lacerda Meira Menezes

**Advogado:** Lucas Daniel Lacerda Dias

**Impetrado:** José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira - Secretário de Educação do Estado de Pernambuco

**Procurador:** Thiago Arraes de Alencar Norões

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**PRELIMINAR DE**  
**INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL**

Alega o Estado impetrado, que há interesse da União Federal, "uma vez que é de sua competência privativa estabelecer as diretrizes curriculares nacionais para a educação básica de jovens e adultos, através do Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação (art. 22, XXIV, CF/88)".

Da análise dos fatos postos no *mandamus*, abstrai-se que o mesmo guerreia contra ato administrativo, para o qual, alega-se omissão do Secretário de Educação de Pernambuco, circunstancia que, por si só, derruba o prefacial suscitada, pois na hipótese, não se estar a combater ato de competência legislativa para dispor sobre as diretrizes e bases da educação nacional, nem tampouco de ato abusivo ou ilegal praticado por dirigente de estabelecimento de ensino superior federal, mas sim a negativa de realização do Exame Supletivo por menor de idade.

Ante o exposto, voto pela rejeição da preliminar.

Recife, 24/09/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



218  
70

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

---

**Mandado de Segurança nº 0299770-4**

**Impetrante:** Ana Julia Lacerda Meira Menezes

**Advogado:** Lucas Daniel Lacerda Dias

**Impetrado:** José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira - Secretário de Educação do Estado de Pernambuco

**Procurador:** Thiago Arraes de Alencar Norões

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

Alega a impetrante que é candidata aprovada e classificada no Vestibular 2013 da Universidade Federal de Pernambuco para o curso de Bacharel em Geografia, não possuindo o certificado de conclusão do Ensino Médio, documento indispensável à matrícula. Tendo sido emancipada, procurou a impetrante submeter-se ao Exame Supletivo para conseguir o referido certificado, o que lhe foi negado, sob o argumento da mesma não ter 18 (dezoito) anos de idade, vindo a mesmo a interpor o presente recurso.

No caso em apreço, entendo merecer albergue a postulação do impetrante, uma vez que se afiguram presentes os requisitos autorizadores a concessão da medida liminar, quais sejam, a relevância dos fundamentos demonstrados e a possibilidade de ineficácia da medida se concedida apenas ao final da demanda, senão vejamos.

Depreende-se dos autos que o edital do certame, Vestibular 2013 da UFPE, estabelece como item obrigatório que o candidato tenha cursado e apresente certificado de conclusão do Ensino Médio, mas não exige a idade mínima de 18 anos para ingresso na universidade, e por outro lado, aos candidatos ao Exame Supletivo, constitui causa eliminatória do processo seletivo a idade mínima de 18 anos completos na data da matrícula, de forma que o candidato não incluído nesta faixa etária no momento da matrícula estaria automaticamente excluído, como no caso em apreço.

A teor do disposto na Constituição Cidadã, verifico que o dispositivo que estabelece a restrição etária para o ingresso no Exame Supletivo reputa-se sem base lógica, haja vista que o Exame consiste em aferir o nível intelectual, e se o candidato aprovado depois desta aferição





219  
20

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

está apto a portar o Certificado de Ensino Médio, não há nenhuma lógica pertinente atrelar a idade do candidato a possibilidade de obter tal certificado, contradizendo a possibilidade legal, que permite a emancipação de menores.

Em recente julgado de caso semelhante, a Segunda Seção Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, em julgamento do Mandado de Segurança nº 2011.003794-6/0000-00, da relatoria do Des. Joenildo de Souza Chaves, assim decidiu:

"EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - EMISSÃO DE CERTIFICADO NO NÍVEL DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO OU DECLARAÇÃO DE PROFICIÊNCIA COM BASE NO EXAME NACIONAL DE ENSINO MÉDIO - ENEM A LUNO QUE TENHA MENOS DE 18 ANOS - ACOLHIDO - ORDEM CONCEDIDA.

Não importa em violação do princípio da legalidade estrita do art. 37 da CF/88 por afronta à Lei n. 9.394/96 (inciso II, art. 38) e Portaria n. 04/2010 (§ 2º do art. 4º) a concessão do certificado de antecipação de conclusão do 3º ano de aluno já aprovado no Curso de Medicina da Universidade Federal, porque a exigência de se mostra desproporcional, uma vez que o cerne da razão de ser de tal antecipação é a capacidade intelectual e, não, a idade. Ademais, a idade, não pode ser, por si só, obstáculo de aquisição de Direitos. Pode ser para o exercício de direito, mas não, para a aquisição deles".

O *Parquet* Estadual, em brilhante e elucidativo parecer nos autos da Apelação Cível nº 0265469-1, em caso análogo, assim se expressou:

"Sabendo-se que a República Federativa do Brasil tem como um de seus objetivos fundamentais construir uma sociedade justa (CF, Art. 3º, I), é razoável exigir da impetrante, que aguarde completar 18 (dezoito) anos de idade para realizar o exame supletivo para, só então, poder concorrer a uma vaga no ensino superior?

(...)

Na hipótese em exame, evidencia-se uma situação excepcional, em que um estudante com menos de 18 (dezoito) anos de idade conquista a aprovação no Vestibular do curso de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco, uma das mais bem-conceituadas instituições de ensino superior do Brasil.

Assim, *in casu*, a aplicação literal das regras previstas no Art. 38 da LDB violaria gravemente o próprio fim que ela busca alcançar - o acesso aos níveis mais altos de ensino, levando em consideração a capacidade de cada aluno (CF, Art. 208, V; LDB, Art. 4º, V).

Tendo como arrimo o *standart* da Razoabilidade, a Doutrina Neoconstitucionalista concebeu a Teoria da Derrotabilidade. A respeito do tema, o mestre Fernando Andreoni Vasconcelos pontua:



220  
70

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

---

(...) A teoria da derrotabilidade surge exatamente para tutelar essas situações, para as quais a dogmática tradicional não consegue dar respostas, ou as dá de maneira insuficiente ou em descompasso com a realidade. A derrotabilidade, para alcançar esse desiderato, parte do pressuposto teórico de que as normas jurídicas condicionais preveem deveres/obrigações *prima facie*. Assim, uma regra jurídica que expressa uma obrigação *prima facie* não exclui a possibilidade de que situações não contempladas cancelem o dever estabelecido na regra (...) (grifos nossos).

O Egrégio TJPE, com fundamento na razoabilidade, vem afastando a exigência da idade mínima prevista na LDB, prestigiando a capacidade intelectual e a maturidade dos estudantes:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA INTERLOCUTÓRIA QUE DEFERIU PELITO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA, DETERMINANDO A REALIZAÇÃO PELO AGRAVANTE DO EXAME SUPLETIVO EM REGIME ESPECIAL DA AGRAVADA, E, SENDO APROVADA, A ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO. TERMINATIVA NEGANDO SEGUIMENTO. AGRAVO LEGAL DESPROVIDO. (...) "4. Embora a norma do art. 38, parágrafo único, inciso II, da Lei Federal nº 9.394/96 estabeleça que os exames supletivos para a conclusão do ensino médio só podem ser aplicados aos maiores de 18 anos, tal dispositivo é de duvidosa legalidade, indo de encontro às disposições da CF/88, que preconiza e incentiva o acesso aos níveis mais elevados de ensino, impede a imposição de limitações ao acesso à educação, não podendo a Agravada ser tolhida de seus direitos em razão de idade. 5. Não obstante seja necessária a existência de uma legislação que normatize o acesso dos que não tiveram oportunamente a chance de cursar os Ensinos Fundamental e Médio, deve-se tomar o cuidado de evitar ficar restrito ao sentido literal e abstrato do comando legal. É preciso trazê-lo, por meio da interpretação e atento ao princípio da razoabilidade, à realidade, tendo as vistas voltadas para a concretude prática. 6. Entendimento em sentido contrário frustraria o sentido das normas protetivas do direito à educação, além de contrariar os princípios Constitucionais erigidos como norteadores do sistema nacional de ensino, impedindo a realização do direito e o desempenho concreto de sua função social. 7. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso. (AI 210952-6/0, rel. Des. Luiz Carlos Figueiredo, j. 14.09.20100 (grifos nossos))."

É de bom alvitre, trazer a baila o novo entendimento desta Corte de Justiça Estadual, sobre a questão *in lume*, que reformou seu posicionamento ao apreciar o Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0022796-20.2012.8.17.0000, no sentido de ratificar o teor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), visando o estrito cumprimento do fator etário, nos casos de supletivo.



221  
70

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

*In casu*, houve a concessão de liminar, nos termos da decisão de fls. 121/125, exarada em 15.03.2013, por esta relatoria, determinando a expedição imediata do certificado de conclusão do ensino médio, mas, para autorizar a realização do exame supletivo pela impetrante, com posterior expedição da antedita certidão, a qual restou confirmada com o improvimento do Agravo regimental, manejado pelo impetrado, conforme acórdão de fls. 157, juntado aos autos em 24.04.2013.

Consta ainda, às fls. 194/197, a informação de que houve expedição do certificado de Conclusão do Ensino Médio, com referencia do Centro de Executivo de Exames Supletivos governador Sergio Loreto, e que a impetrante já esta cursando Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, e participando inclusive do Programa Jovens Talentos para a Ciência, aprovada em seleção pelo CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), sendo a única classificada de sua turma, o que se conclui pela aplicabilidade da Teoria do Fato Consumado.

Nesse sentido é posicionamento da Colenda Corte superior de justiça, conforme podemos constatar nos arestos abaixo transcritos;

Ementa: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. REEXAME NECESSÁRIO. EXAME SUPLETIVO. ACESSO AO ENSINO SUPERIOR. MENOR DE 18 ANOS. RAZOABILIDADE. SITUAÇÃO FÁTICA CONSOLIDADA COM O DECURSO DO TEMPO. 1. Esta Corte já se manifestou no sentido de que o exame supletivo especial, para os menores de 18 (dezoito) anos, deve ser examinado sob o aspecto da razoabilidade. 2. In casu, visto que o estudante se encontra matriculado e cursando o 3º período do curso de Direito, não deve ser modificado o que foi anteriormente estabelecido, pois sua capacidade e maturidade intelectuais restaram demonstradas com a aprovação nos exames necessários ao ingresso na faculdade. 3. Situação jurídica consolidada com o decurso do tempo, que merece ser respeitada, sob pena de prejudicar desnecessariamente a parte, causando prejuízos a sua vida estudantil, e afrontar o previsto no art. 462 do CPC. 4. Recurso especial provido. Processo REsp 1289424 / SE RECURSO ESPECIAL 2011/0256499-2 Relator(a) Ministra ELIANA CALMON (1114) Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 11/06/2013 Data da Publicação/Fonte DJe 19/06/2013

Ementa DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. INSCRIÇÃO. EXAME SUPLETIVO. APROVAÇÃO NO VESTIBULAR. DETERMINAÇÃO JUDICIAL. APLICAÇÃO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. 1. De acordo com a Lei 9.394/96, a inscrição de aluno em exame supletivo é permitida nas seguintes hipóteses: a) ser ele maior de 18 anos e b) não ter tido acesso aos estudos ou à continuidade destes, no ensino médio, na idade própria, de



223  
7p

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

sorte que é frontalmente contrária à legislação de regência a concessão de liminares autorizando o ingresso de menores de 18 anos em curso dessa natureza. 2. É inadmissível a subversão da teleologia do exame supletivo, o qual foi concebido com o escopo de contemplar aqueles que não tiveram acesso ao ensino na idade própria ou, mesmo o tendo, não lograram concluir os estudos, não sendo por outra razão que o legislador estabeleceu 18 (dezoito) anos como idade mínima para ingresso no curso supletivo relativo ao ensino médio. 3. Lamentavelmente, a excepcional autorização legislativa, idealizada com o propósito de facilitar a inclusão educacional daqueles que não tiveram a oportunidade em tempo próprio, além de promover a cidadania, vem sendo desnaturada dia após dia por estudantes do ensino médio que visam a encurtar sua vida escolar de maneira ilegítima, burlando as diretrizes legais. 4. Sucede que a ora recorrente, amparada por provimento liminar, logrou aprovação no exame supletivo, o que lhe permitiu ingressar no ensino superior, já tendo concluído considerável parcela do curso de Direito. 5. Consolidadas pelo decurso do tempo, as situações jurídicas devem ser respeitadas, sob pena de causar à parte desnecessário prejuízo e afronta ao disposto no art. 462 do CPC. Aplicação da teoria do fato consumado. Precedentes. 6. Recurso especial provido. Processo REsp 1262673 / SE RECURSO ESPECIAL 2011/0135977-2 Relator(a) Ministro CASTRO MEIRA (1125) Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 18/08/2011 Data da Publicação/Fonte DJe 30/08/2011

Isto posto, albergado os pontos que envolvem o *mandamus*, vislumbro em favor da impetrante os requisitos ensejadores para a concessão da segurança almejada, confirmando assim a liminar anteriormente deferida.

É como voto.

Recife, 24 / 08 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
**Relator**